



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU AIRPORT

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	2017	2016	Variação %
Número total de passageiros incluindo conexões¹ (Milhões)	37,8	36,6	3,2%
Número total de passageiros internacionais	14,0	13,5	3,6%
Número total de passageiros domésticos	23,8	23,1	3,0%
Movimentação de aeronaves (MTA) total mil	266,0	267,8	-0,7%
MTA internacional (mil)	74,1	74,3	-0,4%
MTA doméstico (mil)	192,0	193,4	-0,8%
Volume de cargas² (mil tons)	282,1	241,0	17,1%
Importação desembarque (mil tons)	147,5	124,1	18,9%
Exportação embarque (mil tons)	134,6	116,9	15,1%
Companhias aéreas³	42	42	0,0%
Destinos	88	99	-11,1%
Vagas de estacionamento⁴	10.223	9.232	10,7%
Estabelecimentos comerciais	292	241	21,2%

¹ Considerando volume de passageiros processados
² Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)
³ Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares
⁴ Incluindo vagas para motocicletas.

Total de Passageiros

Em 2017, 37,8 milhões de passageiros embarcaram e desembarcaram em GRU Airport - Aeroporto Internacional de São Paulo, representando um aumento de 3,2% em relação à movimentação de passageiros de 2016, 36,6 milhões. Desse total, 23,8 milhões são de voos domésticos e 14,0 de voos internacionais. Atribui-se o principal destaque ao segmento internacional, que apresentou incremento de 3,6% em relação a 2016 devido à consolidação de GRU Airport como um dos principais hubs de importantes companhias aéreas como LATAM e Avianca.

Movimentação de Aeronaves

Em 2017, 266 mil pousos e decolagens foram operados pelo GRU Airport, uma retração de 0,7% quando comparado a 2016. A queda decorre, principalmente, da operação de aeronaves com maior capacidade de transporte de passageiros e cargas, comprovando que o GRU Airport suporta o movimento de aeronaves de grande capacidade sem comprometer sua operação. Com destaque para o A380 da Emirates e do 747-800 da Lufthansa que operam diariamente no aeroporto.

Volume de Cargas

O volume de toneladas de cargas importadas e exportadas apresentou elevação de 17,1% em relação ao anterior. Essencial para o ganho de performance, destaca-se a conquista de novas frequências de voos regulares, com as companhias aéreas Turkish Airlines, Qatar Airways e Lufthansa Airlines, além do aumento de demanda de segmentos como automotivo e maquinário.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

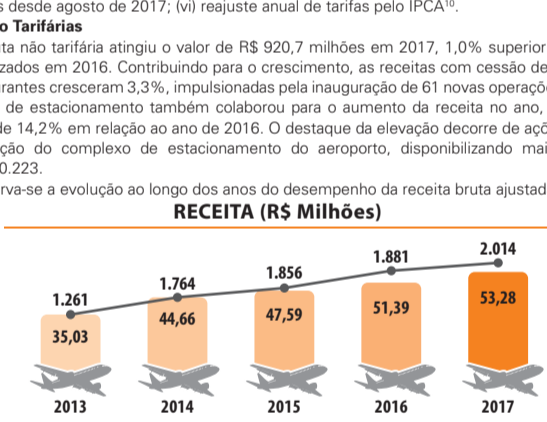
Em 2017, GRU Airport apresentou crescimento de 7,1% da receita líquida ajustada¹, refletindo a melhora do cenário macroeconômico no país, que contribuiu para o aumento do tráfego de passageiros, além de ampliar seu poder de consumo. Concomitantemente, destacam-se as conquistas ocorridas no segmento de cargas e no expressivo aumento das receitas com permanência. Foram implementadas ações que contribuíram para o aumento das receitas não tarifárias. O rigoroso controle dos custos e despesas adotados pela concessionária, também foram fatores essenciais para a redução de 3,0% frente ao anterior. Os eventos destacados acima resultaram no EBITDA de R\$ 1,1 bilhão, 13,9% acima do realizado em 2016.

Observem-se abaixo maiores detalhes sobre o desempenho das receitas em 2017:

RECEITA

RS MM	2017	2016	Variação %
Receitas tarifárias ¹	1.093,7	969,6	12,8%
Receitas não tarifárias	920,7	911,4	1,0%
Receita bruta ajustada	2.014,4	1.881,0	7,1%
Deduções da receita bruta	(248,8)	(232,0)	7,2%
Receita líquida ajustada	1.765,6	1.649,0	7,1%

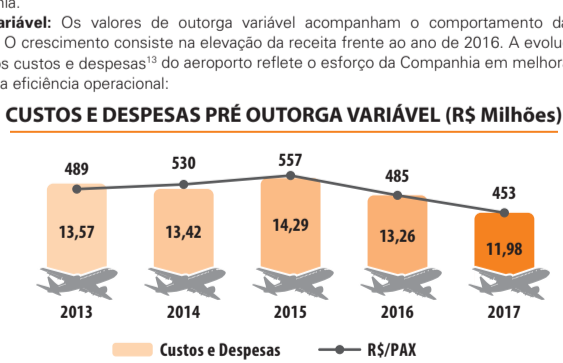
Ajustes: desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita de construção.
¹ Valores não consideram a contribuição tarifária.
 As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos:
 Tarifárias: devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros - taxas de embarque e conexão, aeronaves - taxas de pouso e permanência e as tarifas ligadas ao Terminal de Cargas armazenagem e capatiza. Não Tarifárias: são as receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, estacionamentos e publicidade.
Receitas Tarifárias
 A receita bruta tarifária² foi de 12,8% superior ao ano de 2016. Atingiu o valor de R\$ 1,1 bilhão, com destaque para: (i) crescimento de 3,6% dos passageiros em voos internacionais; (ii) esforços comerciais e negociação com grandes importadores para atrair cargas; (iii) recebimento de aeronaves de maior capacidade (como o A380), com elevação do peso médio; (iv) novas frequências de voos regulares semanais (Qatar, Turkish e Lufthansa); (v) alteração na legislação de cobrança da permanência de aeronaves desde agosto de 2017; (vi) reajuste anual de tarifas pelo IPCA³.
Receitas Não Tarifárias
 A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 920,7 milhões em 2017, 1,0% superior aos R\$ 911,4 milhões realizados em 2016. Contribuindo para o crescimento, as receitas com cessão de espaços para lojas e restaurantes cresceram 3,3%, impulsionadas pela inauguração de 61 novas operações comerciais. O segmento de estacionamento também colaborou para o aumento da receita no ano, apresentando incremento de 14,2% em relação ao ano de 2016. O destaque da elevação decorre de ações comerciais e da ampliação do complexo de estacionamento do aeroporto, disponibilizando mais 991 vagas, totalizando 10.223.
 Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada¹:



CUSTOS E DESPESAS

RS MM	2017	2016	Variação %
Pessoal	(141,7)	(161,2)	-12,1%
Conservação & manutenção	(105,9)	(114,2)	-7,3%
Operacionais	(127,0)	(160,9)	-21,1%
Despesas administrativas	(83,3)	(92,9)	-10,4%
Outras receitas/despesas	4,9	44,0	-88,9%
Custos & despesas operacionais ajustadas* pré-outorga variável	(453,0)	(485,3)	-6,7%
Outorga variável	(197,3)	(184,8)	6,8%
Custos & despesas operacionais ajustados*	(650,3)	(670,1)	-3,0%

* Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção
 * Desconsidera depreciação e amortização
 Em 2017, os custos e despesas pré-outorga variável reduziram R\$ 32,3 milhões, 6,7% menor em comparação ao ano anterior, resultado das ações de gestão para otimizar custos e aumentar a sinergia nas operações de GRU Airport.
 Na rubrica de pessoal, destaque para a significativa redução de R\$ 19,5 milhões, 12,1% menor em relação a 2016. O aumento de eficiência operacional e a reestruturação organizacional, ao longo do ano, foram os principais contribuintes para a variação. Em relação à conservação e manutenção, observa-se diminuição de R\$ 8,3 milhões, 7,3% de queda frente ao mesmo período do ano anterior. Essa redução decorre da revisão de escopos e renegociações contratuais junto aos prestadores de serviços, com destaque para os contratos de serviço de limpeza, conservação e manutenção das dependências de todo o sítio aeroportuário. Em custos operacionais, o custo com energia elétrica é o principal contribuinte para a redução de valor, reduzindo em R\$ 30 milhões o montante frente ao ano anterior, efeito da migração da compra de energia elétrica do mercado cativo para o mercado livre realizados no último quadrimestre de 2016. Adicionalmente, em 2017, a gestão do GRU Airport atuou fortemente na redução de escopo e renegociações contratuais para prestações de serviços relevantes, como serviço de transporte de passageiros, vigilância, inspeção e raio-X, socorro médico e TI. As despesas administrativas apresentaram redução de R\$ 9,6 milhões, queda de 10,4% em relação a 2016. As renegociações e reduções com despesas de telefonia fixa/internet link são os principais responsáveis pelo número. Em outras receitas/despesas, a variação observada no quadro acima deve-se, principalmente aos valores contabilizados referentes ao pleito de reequilíbrio TECA-TECA¹², que consiste na recomposição do equilíbrio econômico da Companhia.
Outorga variável: Os valores de outorga variável acompanham o comportamento da receita da Companhia. O crescimento consiste na elevação da receita frente ao ano de 2016. A evolução ao longo dos anos dos custos e despesas¹³ do aeroporto reflete o esforço da Companhia em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional:

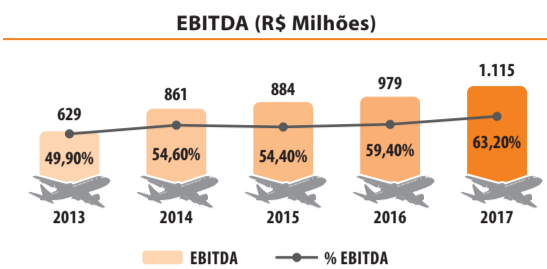


EBITDA E MARGEM EBITDA

RS MM	2017	2016	Variação %
Receita líquida ajustada ¹	1.765,6	1.649,0	7,1%
Custos & despesas operacionais ajustados ²	(650,3)	(670,1)	-3,0%
EBITDA ajustado¹	1.115,3	978,9	13,9%
Margem EBITDA (%) ajustada ¹	63,2%	59,4%	3,8%

Instrução CVM nº 527/12;
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção.
² Desconsidera depreciação e amortização e custo de construção.
 O EBITDA Ajustado¹¹ em 2017 foi de R\$ 1,1 bilhão, representando um crescimento de 13,9% em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA apresentou elevação de 3,8 p.p. Esta variação reflete a eficiente gestão do aeroporto, que tem como um de seus principais desafios maximizar a rentabilidade operacional da Companhia.
⁹ Expurgado o efeito da contribuição tarifária
¹⁰ Índice de Preços ao Consumidor Amplo: http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/Indeco.asp
¹¹ Valores em termos nominais expurgando o efeito da contribuição tarifária e receita de construção
¹² Pleito de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão aprovado pela ANAC através da Decisão nº 191, de 22 de dezembro de 2016
¹³ Valores em termos nominais expurgando o efeito da contribuição tarifária e receita e custo de construção

Observa-se significativo crescimento dos resultados ao longo do tempo, como demonstrado no gráfico abaixo:



LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

RS MM	2017	2016	Variação %
(Prejuízo) líquido do exercício	(633,6)	(1.068,4)	-40,7%
(-) Impacto outorga fixa (contábil)	1.306,6	1.518,5	-14,0%
Resultado líquido pré-outorga fixa	673,0	450,0	49,5%
(+) Outorga fixa - caixa	(1.653,4)	(1.144,7)	44,4%
(Prejuízo) líquido do exercício ajustado	(980,4)	(694,7)	41,1%

Em 2017, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 633,6 milhões, R\$ 434,8 milhões menor em relação ao ano anterior. A redução do prejuízo apresentado pela Companhia foi, principalmente, devida aos valores com despesa financeira referente à outorga fixa, cujo reajuste dos valores de 2017 foram impactados pelo indexador IPCA¹⁴, que fechou 2,95%¹⁵ em 2017, 3,34 p.p. abaixo dos 6,95%¹³ de 2016. Destacam-se também os valores de pagamento da outorga fixa de R\$ 1,7 bilhão, 44,4% acima dos valores de 2016, o aumento refere-se à antecipação do pagamento de R\$ 460,0 milhões dos valores a serem pagos em 2018.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No ano de 2017, o GRU Airport realizou relevantes investimentos, com destaque para a revitalização da pavimentação e sinalização da principal pista de pouso e decolagem do aeroporto, ampliando a durabilidade da pavimentação. O aeroporto em 2017, inaugurou dois novos espaços de estacionamentos, com ampliação da capacidade total em 991 vagas. Em maio de 2017, foi finalizada a última fase das obras de modernização do sistema de bagagens do Terminal 2. Com tecnologia de ponta, o novo sistema de embarque e desembarque de bagagens reduziu o tempo de operação, refletindo em maior agilidade aos passageiros ao embarcar, desembarcar e fazer conexões no aeroporto. Além disso, o processamento de bagagens é um dos fatores que determinam o MCT (Minimum Connection Time), que, quando reduzido, aumenta a conectividade das malhas de voos, fortalecendo a posição de GRU Airport como hub da América Latina. O GRU Airport adquiriu em 2017 mais um caminhão modelo Panther Rosembauer 6x6 para integrar a frota do setor de Respostas à Emergências - Corpo de Bombeiros. A nova aquisição faz parte do plano de modernização da frota do aeroporto.

RS MM	2017	2016
Imobilizado	0,1	13,1
Intangível	58,4	132,2
Total investido	58,5	145,4
Capitalização do resultado financeiro	243,7	435,2
Margem de construção	0,0	3,7
Investimento contábil	302,3	584,3

ESTRUTURA FINANCEIRA

RS MM	2017	2016	Variação %
Dívida bruta	3.640,9	3.566,0	2,1%
Circulante	222,2	126,1	76,2%
Não circulante	2.678,7	2.700,9	-0,8%
Debênture	740,0	739,1	0,1%
Disponibilidades	189,0	151,6	24,7%
Caixa e equivalentes de caixa	44,4	50,0	-11,1%
Aplicações financeiras	144,6	101,6	42,3%
Dívida líquida	3.451,9	3.414,4	1,1%

Em 2017, GRU Airport manteve sua estrutura de dívida, que é fundamentada principalmente no *Project Finance* da companhia, através do financiamento de longo prazo contratado junto ao BNDES e Bancos Repassadores (Banco do Brasil + Bradesco + Caixa Econômica Federal + Itaú), somando R\$ 2,9 bilhões do endividamento, bem como as duas emissões de debêntures que somadas atingem o volume de R\$ 740,0 milhões. Além disso, o GRU Airport possui duas linhas de *Hot Money*, com o objetivo de reforçar o capital de giro da companhia, no montante de R\$ 80,5 milhões. Podemos destacar como variações em relação a 2016, o início da amortização em julho de 2017 do Subcrédito A do financiamento de longo prazo junto ao BNDES e Bancos Repassadores, levando uma nova classificação do valor do principal envolvido na operação de liquidação, do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante. Além disso, em dezembro de 2017, ocorreu a contratação de uma nova linha de *Hot Money* no montante de R\$ 30,0 milhões, com o intuito de reforçar o caixa de curto prazo da Companhia. Em consequência do aumento da amortização do Subcrédito A, os valores da Conta Reserva e do Pagamento de Juros, que são dadas em garantia às dívidas do financiamento de longo prazo e debêntures, foram ajustadas conforme previsto em contrato, gerando um incremento na linha de Aplicações Financeiras.

PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2017, pelo segundo ano consecutivo, o GRU Airport recebeu o prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com os Jornalistas 2017, na categoria Logística e Transporte. A premiação é promovida pelo CECOM (Centro de Estudos da Comunicação) em parceria com a revista Negócios da Comunicação. Os leitores do site Melhores Destinos¹⁶ elegeram o GRU Airport como Melhor Aeroporto Nacional. As melhorias realizadas no aeroporto desde o início da concessão, em 2013, foram fundamentais para a premiação. O moderno Terminal 3 e o investimento realizado nos outros terminais foram focos de destaque pelos usuários. Por fim, a revista Informática Hoje, por meio do Fórum Editorial, elegeu a responsável pela TI do GRU Airport como uma das profissionais do ano em Tecnologia da Informação. O prêmio foi entregue em dezembro de 2017 e reforçou o investimento que a empresa realizou em infraestrutura para proporcionar maior conforto aos usuários.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desempenho Ambiental

O GRU Airport está comprometido com o desenvolvimento de atividades que consideram a proteção ao meio ambiente, assegurando o cumprimento das leis, normas e padrões socioambientais aplicáveis à gestão aeroportuária.

Responsabilidade Social

O Aeroporto Internacional de Guarulhos investe em ações de responsabilidade social por meio de projetos de incentivo ao empreendedorismo, oficinas de música, artesanato e robótica, além de iniciativas socioambientais que beneficiam moradores do entorno do aeroporto. No âmbito estratégico, a empresa utiliza os indicadores socioambientais dos Instituto Ethos e GRI (Global Reporting Initiative) para a implementação de boas práticas ao negócio. Atualmente, os principais projetos sociais apoiados pelo GRU Airport são:

Projeto Afinando o Futuro com Arte: projeto socioeducativo, localizado no sítio aeroportuário, que atende crianças e adolescentes do entorno do Aeroporto no contra turno escolar. São 120 alunos, entre 6 e 18 anos, nas seguintes atividades: música, inglês, informática, artes, ética e cidadania e esportes.

Primeiro Voo: Parceria com a Wizard Idiomas, o projeto oferece curso de inglês e reforço escolar (matemática e português) para os atendidos no projeto Afinando o Futuro com Arte visando, futuramente, prepará-los para o mercado de trabalho. O curso, em 2017, somou 72 horas de aulas realizadas.

Decolando com Guarulhos: Parceria com o SEBRAE com o objetivo de estimular a formalização de empreendedores e o fortalecimento das micro e pequenas empresas do município de Guarulhos.

Investimento social - Subcrédito social C: Linha de crédito contraída junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais que sejam, preferencialmente, articulados com o poder público local e/ou que visem a somar esforços com programas ou políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

As práticas de recursos humanos disseminam ações direcionadas para atrair, desenvolver, reconhecer e reter profissionais capazes de sustentar a estratégia da Companhia. Além disso, busca agregar valor a partir do desenvolvimento das pessoas, com ações voltadas para a análise de performance, mapeamento das competências e no aprimoramento da capacitação profissional, atuando na melhoria contínua do ambiente de trabalho. Anualmente, são realizados, como parte do ciclo de desenvolvimento de pessoas, comitês de carreira e sucesso, pautados pela análise de competências técnicas, comportamentais e entregas realizadas, estruturando o mapeamento sucessório da Companhia. Ainda visando o desenvolvimento de todos que trabalham no sítio aeroportuário, em 2017, 42.931 pessoas participaram de sessões de treinamento, entre colaboradores e comunidade aeroportuária, totalizando 128.675 horas treinadas.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes precisam atuar em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo de denúncia.

Em 2017, foi realizada a revisão do Código de Ética e Conduta¹⁷, o que inclui os seguintes itens: (i) atitudes Legais; (ii) respeito à diversidade; (iii) valorização do ambiente de trabalho; (iv) excelência dos serviços. Todos os funcionários aderiram ao código de ética. O código de ética e conduta pode ser verificado no site da Companhia¹⁸.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O programa de Ética e Conduta do GRU Airport foi implementado e compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa que é monitorado por um grupo independente dedicado aos temas da atividade de Compliance e, para fins de governança, responde diretamente ao Presidente da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Contábeis do ano de 2017, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com a Grant Thornton Auditores Independentes em 2016 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2018.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

¹⁴ Índice de Preços ao Consumidor Amplo
¹⁵ http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/Indeco.asp
¹⁶ https://www.melhoresdestinos.com.br
¹⁷ Disponível no portal da GRU: https://nossohub.gru.com.br/Gestao/pages/detalhe-Noticia.aspx?code=753
¹⁸ https://nossohub.gru.com.br/gestao/gestao corporativa/Documents/CODIGO_ETICA_GRU.pdf

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 96,32% do CDI (98,49% do CDI em dezembro de 2016), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante (a)	27.030	24.592
Não circulante (a)	117.545	77.023
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	144.575	101.615

(a) Títulos para negociação: A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,91% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva e da Conta Pagamento, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores

Em 31 de dezembro de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

31 de Dezembro de 2017	Total líquido de PCLD	Saldos vencidos								
		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
	230.152	(23.644)	221.074	9.645	2.685	1.872	78	231	406	17.105

31 de Dezembro de 2016	Total líquido de PCLD	Saldos vencidos								
		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
	245.148	(13.352)	230.159	10.663	1.246	790	887	699	897	13.159

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 23.644 (R\$ 13.352 em 31 de dezembro de 2016), onde 73% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias. A Concessionária não considera na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a mais de 180 dias que não representam risco de crédito. Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(13.352)	(9.126)
Adições	(13.982)	(22.876)
Reversões	1.076	8.818
Baixa	2.614	9.832
Saldo no fim do período/exercício	(23.644)	(13.352)

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) **Impostos a recuperar:**

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	6.586	7.888
IRPJ a compensar	655	259
CSLL a compensar	131	48
PIS e COFINS	29.989	23.308
ISS	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	37.402	31.543
PIS e COFINS - não circulante	409.364	431.240

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - Provisões indutíveis	18.041	18.041
Outorga fiscal (*)	(628.307)	(671.638)
AVP outorga fiscal	(166.180)	(208.611)
Margem de construção(*)	(33.815)	(36.075)
AVP reequilíbrio	(1.869)	(291)
	(124.101)	(210.545)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/14. A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 158.163 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 363.064 em 31 de dezembro de 2016) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2017, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.183.073 (R\$ 1.024.838 em 31 de dezembro de 2016). A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Ativo
2021	6.374
2022	51.465
2023	92.636
2024 a 2027	555.595
	706.070

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. c) **Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	(720.066)	(1.067.700)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	244.822	363.018
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(216)	(684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(158.163)	(363.064)
Total dos impostos no resultado - diferido	86.443	(730)

d) **Impostos a recolher**

	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	23.794	20.607
ISS	7.283	4.601
ISS terceiros	950	805
IRRF	1.620	1.192
INSS s/terceiros	1.498	1.232
PIS, COFINS e contribuição social	1.349	1.163
Circulante	36.494	29.600

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	31/12/2017		Resultado
		Ativo não circulante	Passivo circulante	
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	17.730	24.905	-
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	-	8.648	8.648
Instituto INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	-	-	180
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	-	521	-
METRORIO (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	-	457	8.828
		17.730	34.531	
				31/12/2016
Parte relacionada	Transação	Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	17.713	24.905	-
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	-	8.666	7.897
Instituto INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	-	-	180
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	-	521	-
METRORIO (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	-	457	8.077
		17.713	34.549	

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2016	Saldo 31/12/2017	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.941.629	53.505	(46.365)	189.311	(168.193)	1.969.881
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	1.993	870	-	164	(136)	2.891
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	832.620	22.845	(19.330)	92.684	(81.393)	847.426
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	28	(27)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantia	dezembro/18	CDI	spread	50.697	-	-	8.065	(8.302)	50.460
Daycoval	CCB	junho/19	CDI	5,54%	-	30.000	-	210	-	30.210
Total					2.826.944	107.220	(65.695)	290.462	(258.051)	2.900.880
Parcela do circulante										2.272.157
Parcela do não circulante										2.678.723

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú BBA e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2015	Saldo 31/12/2016	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2016
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	2,88%	1.879.610	34.752	-	203.931	(176.664)	1.941.629
BNDES	Finem Repasse direto	dezembro/27	TJLP	0,00%	1.285	679	-	155	(126)	1.993
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dezembro/27	TJLP	3,40%	806.070	14.890	-	91.080	(79.420)	832.620
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	23	(23)	5
Caixa Econômica Federal	Conta Garantia	dezembro/18	CDI	spread	-	51.000	(1.000)	5.576	(4.879)	50.697
Total					2.686.970	101.321	(1.000)	300.765	(261.112)	2.826.944
Parcela do circulante										126.072
Parcela do não circulante										2.700.872

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2017 o montante capitalizado no período foi de R\$ 1.889 (R\$ 7.618 no período findo em 31 de dezembro de 2016). Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2019	164.925
2020	199.493
2021	330.615
2022 em diante	1.993.690
	2.678.723

Fiança: Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução do Título Extrajudicial, processo nº 1007422-3/1.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o spread de 2,9% a.a. Conta Garantia: Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantia, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários. CCB - Cédula de Crédito Bancário: Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobrepreço efetivo anual. Garantias e cláusulas restritivas financeiras: Os empréstimos e financiamentos, relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos bancos repassadores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal,

(Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário. Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante, R\$ 4.159 refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 75% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapananema Energia (empresa do grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	130.035	111.095
Armazenagem	17.267	16.510
	147.302	127.605
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	106.494	108.760
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(23.644)	(13.352)
Total contas a receber circulante	230.152	223.013
Total contas a receber não circulante	-	22.135

a) Sumário das transações entre partes relacionadas: (i) A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados de parte a parte, decorrentes da transição da operação. (ii) Os passivos com as coligadas CART e METRORIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa anual	4.862	5.139
Salário ou pró-labore	3.354	3.973
Bônus	486	1.940
Outros benefícios	1.581	1.775
Encargos	10.283	12.827
Total da remuneração		

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.345 (R\$ 3.076 em dezembro de 2016). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 para o exercício de 2017 é de R\$ 13.348, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas				Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/2017
	%	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017					
Custo									
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944				
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	138	3.701				
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743				
Veículos	20%	2.105	-	114	2.219				
Equipamentos de informática	20%	10.502	110	(252)	10.360				
Total		30.857	110	-	30.967				
Depreciação acumulada									
Instalações		(166)	(1.140)	-	(1.306)				
Máquinas e equipamentos		(1.851)	(591)	-	(2.442)				
Móveis e utensílios		(1.254)	(379)	-	(1.633)				
Veículos		(807)	(368)	-	(1.175)				
Equipamentos de informática		(5.297)	(1.976)	-	(7.273)				
Total		(9.375)	(4.454)	-	(13.829)				
Imobilizado líquido		21.482	(4.344)	-	17.138				

	Taxas anuais médias ponderadas				Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf. rências	Saldo em 31/12/2016
	%	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016					
Custo									
Instalações	5%	1.240	10.548	-	156	11.944			
Máquinas e equipamentos	10%	6.213	51 (2.767)	66	3.563				
Móveis e utensílios	10%	2.587	29						

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
 Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

continuação

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 356, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. Conforme cronograma, em 11 de julho de 2017, as parcelas correspondentes aos anos de 2016 e 2017, atualizadas pelo IPCA, foram compensadas no momento do pagamento da Outorga Fixa, totalizando um montante de R\$ 44.975.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2016	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2017
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	7.137	1.096	(20)	2.447	10.660
Tributárias (b)	21	264	(141)	14	158
Administrativas (c)	218	187	(146)	30	289
Cíveis (d)	26	117	(52)	2	93
Total	7.402	1.664	(359)	2.493	11.200

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.627	2.211
Tributárias (b)	10.807	369
Administrativas (c)	13.362	15
Cíveis (d)	786	9
Total	27.582	2.604

a) **Riscos trabalhistas:** A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização). b) **Riscos tributários:** Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto e Autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, c) **Administrativo:** Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo. d) **Riscos cíveis:** Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. **Depósitos recursais e judiciais:** Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária possuía R\$ 8.141 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 3.271 em 31 de dezembro de 2016).

16. RECEITA DIFERIDA

	Saldo Inicial 31/12/2016	Adição	Apropriação	Transfêrência	Saldo final 31/12/2017
Circulante					
Cessão de espaço	7.329	467	(8.363)	9.841	9.274
Reequilíbrio	7.142	-	(7.296)	7.910	7.756
Total	14.471	467	(15.659)	17.751	17.030
Não circulante					
Cessão de espaço	83.149	18.725	-	(9.841)	92.033
Reequilíbrio	73.905	-	155	(9.910)	66.150
Total	157.054	18.725	155	(17.751)	158.183
Total	171.525	19.192	(15.504)	-	175.213

	Saldo Inicial 31/12/2016	Adição	Apropriação	Transfêrência	Saldo final 31/12/2016
Circulante					
Cessão de espaço	6.142	1.187	(7.192)	7.192	7.329
Reequilíbrio	-	39.938	(32.796)	-	7.142
Total	6.142	41.125	(39.988)	7.192	14.471
Não circulante					
Cessão de espaço	44.376	45.965	-	(7.192)	83.149
Reequilíbrio	-	73.905	-	(7.192)	73.905
Total	44.376	119.870	-	(7.192)	157.054
Total	50.518	160.995	(39.988)	-	171.525

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro. A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	37.573	141.182
Não circulante	9.993	141.182
Total	47.566	141.182

Valores referentes a antecipação de recebíveis, relacionados ao direito de exclusividade na exploração das atividades que são objetos de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Repasso ATAERO (a)	1.895	56.772
Repasso PAN/PAT (b)	29	61
Repasso ao Tesouro Nacional (c)	110.138	59.730
Contribuição Tarifária (d)	53.241	-
Total	165.303	116.563

(a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Tarifária, sem impactos no resultado da Concessionária; (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de espaço aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA - Departamento de Controle do Tráfego Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas; (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. (d) A Contribuição Tarifária corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousar e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1.774.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 12 de dezembro de 2017, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 850.000, mediante a emissão de 1.103.896.102 novas ações ordinárias.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta tarifária	941.050	621.971
Receita de aeronave e passageiros	533.406	347.668
Receita de armazenagem e capatazia	(324.605)	-
Contribuição tarifária (*)	1.149.851	969.639
Total da receita operacional bruta tarifária	920.735	911.354
Receita operacional bruta não tarifária	920.735	911.354
Total da receita operacional bruta não tarifária	2.070.586	1.880.993
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	(304.967)	(232.016)
Deduções da receita bruta	(39.370)	(30.872)
PIS	(181.341)	(142.197)
COFINS	(73.723)	(48.482)
ISS	(10.533)	(10.486)
Devoluções e cancelamentos	1.765.619	1.648.976
Receitas líquidas de serviços e cessão de espaço	-	132.291
Receita de construção	1.765.619	1.781.267
Receita operacional líquida	-	-

(*) Contribuição tarifária, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 18 (d).

21. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(141.680)	(161.232)
Comunicação, marketing e manutenção	(105.895)	(114.249)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.170)	(3.374)
Serviços e garantias	(16.916)	(10.822)
Serviços de terceiros	(134.073)	(135.860)
Veículos	(1.951)	(1.502)
Consultoria e assessoria	(16.377)	(18.693)
Aluguéis e impostos	(30.329)	(33.658)
Energia elétrica	(27.335)	(57.387)
Contingências	(3.889)	(2.037)
PCLD	(10.292)	(4.226)
Outorga variável (*)	(197.291)	(184.768)
Depreciação e amortização	(764.897)	(731.405)
Custo de construção	-	(128.575)
Outros	36.293	57.505
Total	(1.415.202)	(1.530.083)
Custo dos serviços prestados	(1.272.920)	(1.284.146)
Custo de construção	-	(128.575)
Despesas gerais e administrativas	(143.197)	(159.292)
Outras receitas e despesas administrativas	975	41.930
Total	(1.415.202)	(1.530.083)

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	34.694	41.132
Outras receitas financeiras	8.217	3.003
Total	42.911	44.135
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(739.483)	(959.194)
Juros sobre debêntures	(71.875)	(97.886)
Juros sobre empréstimos	(288.573)	(293.138)
Comissões e despesas bancárias	(7.902)	(6.644)
Outros	(5.561)	(6.157)
Total	(1.113.394)	(1.363.019)
Total do resultado financeiro	(1.070.483)	(1.318.884)

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "concessão aeroportuária" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de Leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2017, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência Início	Fim	Seguradora
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (USS)	500.000	24/05/2017	24/05/2018	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	651.853	04/06/2017	04/06/2018	Fator Seguradora
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação/ montagem	121.394	26/03/2013	28/02/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2017	24/05/2018	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	4.900	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	50.000	24/05/2017	24/05/2018	Itau Seguradora S.A.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de março de 2017 a março de 2018 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

	31/12/2017		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	-	44.420
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575
Contas a receber	-	230.152	230.152
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	188.995	247.882	436.877
Passivos			
Fornecedores	-	70.105	70.105
Partes relacionadas	-	34.531	34.531
Empréstimos e financiamentos	-	2.900.880	2.900.880
Debêntures (*)	-	747.754	747.754
Obrigações com poderes concedentes	-	12.378.540	12.378.540
Total do passivo	-	16.131.810	16.131.810
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	-	49.994
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615
Contas a receber	-	245.148	245.148
Partes relacionadas	-	17.713	17.713
Total do ativo	151.609	262.861	414.470
Passivos			
Fornecedores	-	75.543	75.543
Partes relacionadas	-	34.549	34.549
Empréstimos e financiamentos	-	2.826.944	2.826.944
Debêntures (*)	-	747.741	747.741
Obrigações com poderes concedentes	-	12.996.625	12.996.625
Total do passivo	-	16.681.402	16.681.402

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos: a) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos:** Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

• Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	44.420	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	-
Total	188.995	44.420	144.575	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.900.880	-	2.900.880	-
Debêntures (*)	747.754	-	747.754	-
Concessão de serviço público	12.378.540	-	-	12.378.540
Total	16.027.174	-	-	3.648.634

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	49.994	-	



☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

impacto significativo no saldo do ativo intangível e da própria Outorga Fixa a pagar, bem como nos valores de amortização e de despesas financeiras futuras, sendo assim, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo de verificar, com base nas normas mencionadas, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando verificar se a atual política contábil deveria ser alterada ou mantida. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da política contábil aplicada no registro contábil da reprogramação do pagamento da contribuição fixa da outorga e observamos se os julgamentos utilizados possuíam amparo técnico nos pronunciamentos contábeis vigentes, mais especificamente no CPC 12 - Ajuste a valor presente e no CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da política utilizada pela Administração. Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo do novo fluxo de pagamentos da Outorga Fixa, que serviu de base para o requerimento da reprogramação dos pagamentos, que demonstra que o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de pagamentos da contribuição fixa original permaneceu inalterado no VPL do novo fluxo de pagamentos proposto na reprogramação, e efetuamos o recálculo do mesmo com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados e confirmar que o VPL dos dois fluxos não se alteram, mesmo após a reprogramação, uma vez que essa foi a principal premissa utilizada para definir que a reprogramação não deveria ser tratada contabilmente como uma nova mediação dos ativos e passivos da outorga. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a política contábil adotada pela Administração da Companhia para fins do registro da reprogramação dos pagamentos da Outorga Fixa é plausível, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa que durante setembro de 2016 encontraram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo INVEPAR do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2018

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 CT

Régis Eduardo Baptista dos Santos
CRC 1SP-255.954/O-0

GRU AIRPORT

AEROPORTO
INTERNACIONAL
DE SÃO PAULO

MAIOR AEROPORTO DA AMÉRICA DO SUL

NOSSO ANO EM NÚMEROS 2017

